

GRÊMIO ESPORTIVO BRASIL

BALANÇOS PATRIMONIAIS (EM REAIS)

ATIVO

	2016	2015
CIRCULANTE	106.614,08	39.174,35
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 03)	46.614,08	39.174,35
Empréstimo a funcionários	60.000,00	-
NÃO CIRCULANTE	220.663,45	199.239,28
Imobilizado (Nota 04)	220.663,45	199.239,28
TOTAL DO ATIVO	327.277,53	238.413,63

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CIRCULANTE	1.557.525,57	823.740,15
Empréstimos (Nota 05)	93.859,34	234.804,58
Obrigações trabalhistas (Nota 06)	180.756,02	110.654,33
Obrigações trabalhistas judiciais	167.314,17	-
Obrigações com atletas extrajudiciais	284.312,47	86.045,77
Obrigações sociais e fiscais (Nota 07)	456.918,19	387.099,19
Provisões constituídas (Nota 08)	365.477,73	-
Outras obrigações	8.887,65	5.136,28
NÃO CIRCULANTE	4.105.354,77	4.324.354,22
Obrigações previdenciárias e tributárias (Nota 09)	3.428.166,43	3.627.165,88
Empréstimos (Nota 05)	677.188,34	697.188,34
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	(5.335.602,81)	(4.909.680,74)
Passivo a Descoberto	(5.335.602,81)	(4.909.680,74)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	327.277,53	238.413,63



**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)**

	2016	2015
Receita operacional líquida (Nota 10)	12.121.606,79	7.750.021,61
<i>Receita bruta das atividades</i>	12.123.096,79	7.750.961,61
<i>Devolução de mensalidades</i>	(1.490,00)	(940,00)
Custos operacionais das atividades (Nota 11)	(11.259.060,66)	(6.813.952,96)
Superávit bruto	862.546,13	936.068,65
Despesas operacionais	(1.288.468,20)	(1.471.910,67)
<i>Gerais e administrativas (Nota 12)</i>	(637.315,14)	(792.091,17)
<i>Manutenção do patrimônio (Nota 13)</i>	(421.753,54)	(650.120,84)
<i>Financeiras</i>	(192.308,76)	(15.136,96)
<i>Outras despesas operacionais</i>	(37.090,76)	(14.561,70)
Déficit operacional do exercício	(425.922,07)	(535.842,02)

**DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(PASSIVO A DESCOBERTO)**

	2.016,00	2.015,00
Saldo no início do exercício	(4.909.680,74)	(4.373.838,72)
<i>Déficit do exercício</i>	(425.922,07)	(535.842,02)
Saldo no final do exercício	(5.335.602,81)	(4.909.680,74)




**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)**

	2.016,00	2.015,00
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(57.061,00)	(535.842,02)
Déficit do exercício	(425.922,07)	(535.842,02)
Ajustes por:		
>Depreciações e amortizações	3.383,34	-
>Provisões Constituídas	365.477,73	-
Aumento (redução) de ativos e passivos	89.308,24	(473.664,30)
Adiantamento a fornecedores	-	25.680,26
Empréstimos a funcionários	(60.000,00)	-
Empréstimos	(160.945,24)	288.549,27
Obrigações trabalhistas judiciais	167.314,17	-
Obrigações trabalhistas	70.101,69	(162.586,60)
Débitos previdenciários e tributários	(198.999,45)	(875.724,88)
Obrigações com atletas extrajudiciais	198.266,70	86.045,77
Obrigações sociais e fiscais	69.819,00	364.824,22
Outras obrigações	3.751,37	(200.452,34)
Caixa líquido das atividades operacionais	32.247,24	(1.009.506,32)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(24.807,51)	(182.585,28)
Aquisição de ativos permanente	(24.807,51)	(182.585,28)
Redução (aumento) caixa/equivalentes caixa	7.439,73	(1.192.091,60)
Caixa e equivalentes caixa início do exercício	39.174,35	19.798,94
Caixa e equivalentes caixa final do exercício	46.614,08	39.174,35




**NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015**

01. INFORMAÇÕES GERAIS DAS ATIVIDADES

(a) Estrutura jurídica e objetivos

O Grêmio Esportivo Brasil constitui-se como uma Entidade sem fins lucrativos, com sede na cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, e tem por objetivo primordial o desenvolvimento de atividades desportivas, sociais e culturais, notadamente pela prática de futebol profissional e amador, bem como de outros esportes, profissionais e amadores, olímpicos ou não, podendo, para atingi-lo, realizar todo tipo de empreendimento, incluída constituição ou participação em outras associações ou sociedades empresariais, sempre nos limites da lei.

(b) Fontes de receitas

Atualmente, as receitas do Clube são originadas, principalmente, de: (a) cessão de direitos econômicos sobre atletas; (b) rendas provenientes de competições desportivas – arrecadação da bilheteria de jogos e televisionamento; (c) contribuições sociais – mensalidades, taxa de manutenção; (d) aluguéis de instalações sociais e desportivas; (e) patrocínios e licenciamento; (f) permutas por patrocínios; (g) os resultados de participação em sociedades; (h) as subvenções e auxílios concedidos pelo poder público; e (i) as doações e outras receitas compatíveis com a natureza de associações.

(c) Aspectos operacionais, legais e normativos

Nos termos da legislação vigente, o Clube está subordinado à tributação de contribuições previdenciárias sobre suas receitas (Patrocínios, Publicidades, Licenças de marcas, Jogos e Televisionamentos), na fonte, à alíquota de 5% (cinco por cento), como substitutivo dos encargos previdenciários.

Entretanto, no que diz respeito à contribuição devida a terceiros, esta também é obrigatória e devem incidir sobre a folha de salários de empregados, atletas ou não, em 4,5% (quatro e meio por cento) incidente sobre a folha de pagamento.

Quanto aos débitos Federais, em novembro de 2015, e posteriormente em 2016 (conforme alteração legal) protocolou requerimentos para adesão a Lei nº 13.155/15, que estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira, dentre outros.

Com a referida adesão, o Clube promoveu a desistência dos parcelamentos dos tributos federais até então, vigentes, tiveram seus saldos incluídos nos demais não parcelados, consolidando os valores e formas de pagamentos, quando do ingresso ao PROFUT, de que trata a Lei nº 13.155/15. Fizeram parte do parcelamento tributos no âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do Instituto Nacional do Seguro Social e relativos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço na esfera administrativa.

Os valores dos parcelamentos consolidados, na data do balanço, estão demonstrados no mesmo.

Esta alternativa criara uma condição favorável para melhoria do quadro financeiro, unida à manutenção da equipe na Série B do futebol brasileiro.

02. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras do Clube foram elaboradas de acordo com as disposições previstas na legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, as quais abrangem os pronunciamentos e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O Clube não possui itens de receitas e despesas que afetem a demonstração do resultado abrangente, dessa forma, a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos com risco insignificante de mudança de valor e contas garantidas.

2.2 Empréstimos a curto e longo

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da efetiva de juros, ajustados até a data do balanço.

2.3 Obrigações com atletas e clubes

Apresentam os valores devidos e de conhecimento da Administração e incorrido até a data das demonstrações financeiras.

2.4 Dívidas fiscais e sociais

Apresentam os valores corrigidos monetariamente, conhecidos pela Administração, referentes a débitos fiscais e sociais, estando ainda subordinados à homologação pelas autoridades competentes.

2.5 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Clube tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Clube espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.6 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação ou a receber pela comercialização de suas diversas fontes de receita no curso normal das atividades do Clube. A receita é apresentada líquida das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

03. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	49.807,49	39.141,35
Bancos – conta movimento	28,56	33,00
Títulos de capitalização	4.287,46	0,00
Totais	54.123,51	39.174,35

04. IMOBILIZADO

A composição do imobilizado é a que segue:

	R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Custo de aquisição	226.108,29	201.300,34
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	160.503,97	150.488,51
Máquinas e Equipamentos	21.026,12	15.917,07
Móveis e Utensílios	28.874,00	22.789,00
Informática - Telecomunicações	15.704,20	12.106,20
Depreciação Acumulada	(5.444,84)	(2.061,50)
Valor Residual	220.663,45	199.239,28

Demonstrados ativos imobilizados com base na aquisição de cada bem, não sendo considerado o imóvel e seus acessórios, no qual se encontra a sede social e administrativa do Clube, ou mesmo suas edificações em uso, ou em fase de construção, pois, sua titularidade decorre de Direito de Usufruto devidamente registrado na matrícula do imóvel, pela qual as edificações se tomam partes integrantes do terreno objeto dos direitos e obrigações do Clube, na condição de Usufrutuário.

05. EMPRÉSTIMOS

	R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos a curto prazo	93.859,34	234.804,58
Empréstimos a longo prazo	677.188,34	697.188,34
Totais	771.047,68	931.992,92

06. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Salários ADM profissionais e patrimônio	148.426,00	0,00
Férias	26.902,40	110.654,33
Pensão alimentícia	5.427,62	0,00
Totais	180.756,02	110.654,33

07. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
INSS a recolher	60.094,50	77.958,97
FGTS a recolher	27.404,00	25.966,74
Contribuição sindical a pagar	29.220,10	15.538,57
IRRF s/ folha a recolher	151.838,07	116.021,26
Parcelamento FGTS	68.849,07	76.058,21
Parcelamento previdenciário	61.940,83	75.555,44
Parcelamento IRRF	57.571,62	0,00
Totais	456.918,19	387.099,19

08. PROVISÕES CONSTITUÍDAS

	R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Provisão de férias	324.869,23	0,00
Provisão de INSS sobre férias	14.619,13	0,00
Provisão FGTS sobre férias	25.989,37	0,00
Totais	365.477,73	0,00

09. DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS E TRIBUTÁRIOS

Os débitos PGFN / RFB PROFUT Lei nº 13.155/2015, estão compostos como segue:

	R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Débitos Previdenciários Cód 4103 PGFN/RFB-PROFUT	2.385.187,66	2.440.151,95
Demais débitos Cód 5087/1534 - PGFN PROFUT	44.070,05	92.325,87
Demais débitos Cód 5064 RFB - PROFUT	47.882,02	7.632,38
Débitos FGTS - PROFUT	951.026,70	1.087.055,68
Totais	3.428.166,43	3.627.165,88

10. RECEITA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES

	R\$	
	2016	2015
Cotas CBF	4.949.971,13	1.057.705,08
Mensalidades dos sócios	3.551.631,14	1.330.017,30
Patrocínios	2.228.503,99	831.091,00
Bilheteria	521.050,00	827.410,00
Check in de sócios	629.760,00	3.347.719,86
Doações	29.653,39	290.134,13
Royalties	79.820,75	0,00
Diversas	132.706,39	66.884,24
Devolução de mensalidades	(1.490,00)	(940,00)
Totais	12.121.606,79	7.750.021,61

11. CUSTOS OPERACIONAIS DAS ATIVIDADES

	R\$	
	2016	2015
<i>Pessoal e benefícios</i>	4.438.335,50	2.637.672,93
<i>Direito de imagens</i>	1.358.674,00	1.255.010,01
<i>Gratificações/premiações</i>	466.294,50	318.738,00
<i>Aluguéis</i>	779.899,58	460.634,22
<i>Ações trabalhistas</i>	709.993,03	127.619,82
<i>Hospedagem e concentração</i>	297.026,09	244.411,66
<i>Dispêndios com jogos</i>	664.591,29	641.349,48
<i>Aluguel de arquibancada móvel</i>	843.000,00	0,00
<i>Outros custos</i>	1.701.246,67	884.105,18
Totais	11.259.060,66	6.813.952,96

12. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	R\$	
	2016	2015
<i>Custas de processos e penhoras</i>	102.613,77	0,00
<i>Serviços de pessoas PF e PJ</i>	124.629,50	162.592,58
<i>Honorários de advogado</i>	81.898,32	54.867,66
<i>Informática</i>	83.711,06	50.293,21
<i>Energia elétrica</i>	79.820,40	44.947,38
<i>Dispêndios com contrato de patrocínios</i>	12.000,00	75.600,00
<i>Viagens</i>	39.452,63	29.533,73
<i>Outras despesas</i>	113.189,46	374.256,61
Totais	637.315,14	792.091,17

13. DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO

	R\$	
	2016	2015
<i>Manutenção do estádio</i>	185.986,71	40.567,66
<i>Manutenção do gramado</i>	40.270,45	29.167,47
<i>Conservação e manutenção</i>	96.034,43	33.801,97
<i>Serviços de terceiros PF e PJ</i>	50.627,74	307.656,88
<i>Manutenção e conservação de benfeitorias</i>	0,00	216.482,30
<i>Outras despesas</i>	48.834,21	22.444,56
Totais	421.753,54	650.120,84

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido negativo em 31/12/2016 no montante de R\$ 5.328.093,38 (R\$ 4.909.680,74 em 2015) compreende o Patrimônio Social inicial, deduzido dos déficits acumulados de exercícios anteriores.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Conselheiros do
GRÊMIO ESPORTIVO BRASIL
Pelotas - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **GRÊMIO ESPORTIVO BRASIL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da falta de controle físico e financeiro dos bens contabilizados no Ativo Imobilizado, conforme descrito no parágrafo base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, essas demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **GRÊMIO ESPORTIVO BRASIL** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro.

Base para Opinião

O sistema de controles internos concernentes ao Ativo Imobilizado do Clube apresenta deficiências, o que dificulta a obtenção de elementos formadores de uma opinião nos níveis desejáveis. A Administração está desenvolvendo trabalhos que visam à implantação de um novo controle patrimonial compatível com as necessidades do Clube. Dessa forma, o controle patrimonial adotado no período examinado não nos permitiu a emissão de uma opinião com relação às imobilizações registradas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com as tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para financeira

Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional

O Clube vem apresentando uma situação de passivo a descoberto (passivo maior que o ativo) que em 31 de dezembro de 2016 atingiu R\$ 5.328.093,38. Esta situação decorre dos sucessivos déficits que o Clube vem apurando nos últimos exercícios, o que tem agravado sua situação financeira. A administração do Club e está implementando uma série de medidas visando reverter esta situação a médio e longo prazo. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando uma entidade em marcha, na expectativa de que as medidas que estão sendo implementadas possam reverter a situação de passivo a descoberto e reequilibrar a situação financeira do Clube, permitindo a continuidade normal de suas atividades.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Declaramos que não existem assuntos a serem reportados como principais assuntos de auditoria.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Clube continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar o Clube ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Clube são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomados com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.*
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia do Clube.*
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.*
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Clube. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.*

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Clube a não mais se manter em continuidade operacional:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras do Clube para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Pelotas-RS, 26 de abril de 2017.

V.L.CARDOSO & CIA. – AUDITORES INDEPENDENTES
CRCRS nº 4.050 – CVM nº 9.440



Vanderlei Leite Cardoso
Sócio Responsável
Contador CRCRS nº 18.991

